

MOVIMENTO FEMINISTA EM CONEXÃO COM MULHERES INDÍGENAS

Regina Pontes Marçal ¹

RESUMO

Neste trabalho será apresentado o relato de experiência da Formação Feminista que houve nos dias 6 e 7 de setembro de 2018 com as mulheres indígenas da Aldeia de Pankararu no município de Tacaratu/PE. O objetivo principal dessa atividade é compreender o que é, como surgiu e qual a importância do feminismo e ecofeminismo para a transformação da realidade social das indígenas de Pankaru no enfrentamento do patriarcado e preservação cultural e ecológica da aldeia. Para tanto, fazemos um resgate da produção bibliográfica em torno dessa temática abordando aspectos históricos, conceituais e características em torno desse conteúdo, incrementando ainda, como parte da metodologia proposta, os resultados qualitativos da formação feminista indígena com entrevista semiestruturada das mulheres indígenas e suas experiências no movimento ecofeministas. Para concluir, nas considerações finais, fazemos um balanço positivo da conexão entre o movimento feminista e o movimento ecológico de comunidades tradicionais indígenas no Brasil.

Palavras-chave: *Feminismo, ecofeminismo, mulher indígena, transformação social*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o que é, como surgiu, e qual a importância do ecofeminismo para a transformação da realidade social. Nesse sentido, percebemos o ecofeminismo como um movimento político que sintetiza perspectivas feministas e teorias ecológicas com o propósito de superar as relações de opressão e subordinação impostas

¹ Especialista em Gestão de Negócios Empresariais UniGuararapes, Licenciada em Pedagogia, UniGuararapes, Bacharela em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Docente na Secretaria de Educação da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes. Gestora Executiva de Projetos do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento e Inclusão Social – IADIS. reginmarcal20111@hotmail.com.

pelos homens às mulheres e a natureza (ROSENDO, 2012). Dito isto, é preciso resgatar, em princípio, o debate desenvolvido pelas teorias feministas, pois elas apresentam os pressupostos fundamentais sobre os quais se estruturam essas relações. Sendo assim, a análise de Joan Scott na produção “*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*”, define gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primeira de significar as relações de poder, como proposto por feministas que acreditavam na transformação fundamental dos paradigmas. Segundo ela, essa categoria de análise passou a ser utilizada mais seriamente apenas no fim do século XX, em um momento de questionamentos e reivindicações sociais diversas, nas quais, constava a necessidade de relacionar a categoria de gênero com as dimensões de classe, raça e etnia porque permitiam compreender outras naturezas e sentidos para suas opressões, percebendo que as desigualdades estão organizadas principalmente nessas três dimensões.

Definições como essa nos permite compreender aspectos das experiências vividas por mulheres nos mais variados âmbitos, como, por exemplo, no econômico e relaciona-los a dimensão de poder baseada na diferença dos sexos, construída socialmente, e agir sobre ela. É nesse sentido que Emma Siliprandi, no trabalho “*Mulheres e agroecologia: Transformando o campo, a floresta e as pessoas*”, compreende a importância do feminismo como movimento social, político, filosófico de mulheres, como um marco interpretativo que possibilita visibilizar aspectos opressivos no relacionamento entre homens e mulheres que, em outros paradigmas, não seriam significantes. Impondo-se ainda como uma teoria militante uma vez que, ao denunciar epistemologias de caráteres ilegítimos que tornam incompreensível o conhecimento, acaba funcionando como instrumento para mobilização social de grupos oprimidos como, por exemplo, as mulheres ao conquistarem mudanças sociais efetivas.

Essas mudanças, oriundas da luta histórica dos movimentos de mulheres que reivindicavam direito a educação, trabalho remunerado, livre exercício da sexualidade etc., passaram, no fim do século XX, a ser integradas por diferentes instituições, como, por exemplo, governos, universidades, partidos políticos, etc., dessa forma, contribuindo para que as reivindicações das mulheres se tornassem responsabilidades públicas. Essas mobilizações conectaram-se, em meados de 1960, aos movimentos ecologistas ampliando seus questionamentos para além dos modelos políticos econômicos do capitalismo e do socialismo, elevando à crítica as instituições sociais, as ideologias, aos valores que regulavam o

comportamento das pessoas, ao imperialismo, a industrialização desenfreada e suas consequências, assim como, a irresponsabilidade humana para com a natureza (SILIPRANDI, 2015).

METODOLOGIA

O instrumento metodológico usado na pesquisa foi o método etnográfico que é orientado com os seguintes princípios: as pessoas vivem em um mundo de significados apreendidos que são codificados como símbolos e que são compartilhados através de interações em um grupo social específico; os símbolos são motivados e impelem as pessoas a desempenharem suas atividades; a própria mente humana cresce e muda em resposta a extensão das interações nas quais os indivíduos se envolvem; o self é uma construção social.

Os etnógrafos precisam prestar muita atenção aos processos de pesquisa de campo. É preciso estar sempre atento aos modos pelos quais se tem acesso ao campo, ao modo como se estabelecem afinidades com as pessoas que lá vivem, e se ele se torna um membro ativo do grupo. (ANGROSINO, 2009).

O método etnográfico é diferente de outros modos de fazer pesquisa em ciência social. É baseado na pesquisa de campo (conduzido no local onde as pessoas vivem e não em laboratórios onde o pesquisador controla os elementos do comportamento a ser medido ou observado).

Usamos a observação participante na vivência da Formação Feminista com as mulheres indígenas, com entrevistas, rodas de conversas, grupos focais e análise das respostas das mulheres diante dos temas levantados na formação feminista, tais como? Nasce Feminista ou torna-se Feminista? Lei Maria da Penha e violência contra mulheres indígenas, Ecofeminismo e Bem-viver entre outros temas em debate. Com base em sua ancestralidade e processo de colonização muito se modificou e as mulheres indígenas foram alvo de muitas violências, elas são personagens importantes nas conquistas dos movimentos indígenas no Brasil na organização das lutas pela terra e políticas de ações afirmativas para suas etnias como exemplo a educação indígena entre outros direitos pela conservação de sua cultura e negação do patriarcado dentro das aldeias no enfrentamento a violência de gênero.



DESENVOLVIMENTO

A trajetória das mulheres na resistência a opressão do patriarcado: Nascimento dos feminismos

Entender o feminismo é verificar como acontecem as múltiplas formas de violências e opressões que as mulheres sofrem em todas as partes do mundo de forma naturalizada pelo sexo oposto (masculino) legitimado pela cultura patriarcal, machista e sexista. O feminismo é uma criação do mundo moderno pois antes do século XIX não existia o termo, mas já existia experiências de lutas e resistência por direitos iguais entre homens e mulheres.

Um resgate histórico que a feminista na contemporaneidade vem expor para sociedade com outra leitura é a “Caça às bruxas” no qual centenas de mulheres foram condenadas à morte na fogueira pela foto de serem mulheres e exercer algum tipo de atividade de trabalho autônoma ou manifestar interesse sexual em algum homem do clero ou poderoso da época. “Com a ascensão da Igreja Católica, o patriarcado imperou, até mesmo porque Jesus era um homem. Neste contexto, tudo o que a mulher tentava realizar, por conta própria, era visto como uma imoralidade” (ALAMBERT, Ano II: 7). A caça às bruxas durou por mais de quatro séculos entre 1450 a 1750 na Europa até a ascensão do iluminismo no século XVIII, sendo que a última fogueira foi acesa em 1782 na Suíça.

A “caça às bruxas” admitiu diferentes formas, dependendo das regiões em que ocorreu, porém, não perdeu sua característica principal: uma massiva campanha judicial realizada pela Igreja e pela classe dominante contra as mulheres da população rural (EHRENREICH & ENGLISH, 1984, p 10).

Quem eram as bruxas? Eram mulheres da população rural, camponesas que exerciam atividades para população tais como enfermeiras, curandeiras com conhecimento das ervas medicinais e preparos/manipulação das ervas para tratamento de doenças, parteiras, exerciam um papel social de médicas sem título com alto reconhecimento da comunidade pobre e seu conhecimento era passado de forma empírica para outras mulheres da comunidade e membros de sua família como as filhas. Os conhecimentos medicinais e o prestígio que essas mulheres tinham eram uma afronta ao patriarcado além das mulheres que foram jogadas na fogueira por sua beleza e não se submeter aos assédios dos homens casados e dos padres, o fato de sua beleza trair algum desses homens seria sua pena de morte, centenas de mulheres foram condenadas



pelo fato de ser mulher, onde toda a culpa da violência sofrida a própria mulher era imputada a mulher.

Com iluminismo e revolução Francesa outro marco histórico surgiu protagonizado por uma mulher francesa ela foi uma defensora da democracia e dos direitos das mulheres Olympe de Gouges (1748-1793) em 1791 escreveu um documento criticando a Declaração da Revolução Francesa intitulada “*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*”, sua carta intitulada “*Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*”, criticava a autonomia e autoridade masculina e a opressão sofridas pelas mulheres e sua invisibilidade social. Por esse motivo, a revolucionária foi executada em Paris, dia 3 de novembro de 1793. No entanto, sua morte, considerada um marco do feminismo no mundo, fez surgir diversos movimentos feministas posteriores (WOLLSTONECRAFT, 2018).

O movimento sufragista foi diversas campanhas realizadas a partir de meados do século XIX para garantir às mulheres da Inglaterra e dos Estados Unidos algo então inédito para elas: o sufrágio, direito de votar em eleições política pelo direito de exercer a livre cidadania e participação política democrática em 1918 foi sancionada a lei sobre a representação popular que permitiu o voto de mais de 8 milhões de mulheres britânicas no Reino Unido depois do movimento social liderado pelas sufragistas com o lema “ações e não palavras”, como em outros países que já haviam conquistado esse direito pelos movimento sufragista (FRANÇA,2014).

As mulheres indígenas passaram a sofrer as opressões sociais hegemônicas ocidentais do patriarcado as quais como se indicou têm particularidades muito próprias (coisificação da mulher, pornografia, prostituição), mas sem esquecer que as mulheres indígenas também têm problemas próprios baseadas em algumas tradições ou costumes, como é o patriarcado, o machismo, alguns ritos religiosos que humilha à mulher, violência doméstica que crescer de forma desgovernada dentro das aldeias indígenas, além dos problemas ecológicos por preservação cultural e demarcação de suas terras são problemas sociais enfrentados pelas ecofeministas indígenas no nordeste de Pernambuco.

Feminismos: Ecofeminismo a junção das lutas das mulheres com a preservação da natureza

Nos finais dos anos 60 eclodia as reivindicações dos movimentos sociais contra o modelo de sociedade capitalista principalmente nas pautas relacionadas meio ambiente e armas nucleares que trouxe tamanha destruição na guerra fria. Entre os movimentos eram os estudantes, hippie, direitos humanos, pacifistas antienergia nuclear, feministas. A estratégia desses grupos era fazer ações de massa para sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo além das comunidades alternativas que ficaram tão conhecidas. Nesse período o feminismo estava em sua segunda onda as feministas liberais radicais e as feministas socialistas, no feminismo radical encontrava-se as ecofeministas que sua premissa era os problemas ecológicos de forma indissociável as lutas das mulheres, elas acreditavam que a crise ecológica teriam suas respostas aos pressupostos antropocêntrico (ser humano uma posição de centralidade em relação a todo o universo) e androcêntrico (reduzir a raça humana ao termo "o homem), que as sociedades estavam organizadas no patriarcado e só essa superação iria haver equidade entre homens/mulheres e natureza.

A primeira pauta das ecofeministas foi sobre direitos reprodutivos onde as ecologistas defendiam a diminuição na natalidade da população mundial as ecofemistas o problema era o sistema de produção de consumo e o direito de escolha da mulher em ter seus filhos ou não pelo argumento neomalthusianos pelo as mulheres não tinham acesso de forma simples a pílula e não tinha políticas públicas para dar assistência as mulheres, a igreja e o patriarcado de certa forma com seus dogmas ainda tinha poder na opinião pública oprimindo as mulheres em relação a livre escolha de procriar.

O primeiro texto ecofeminista foi de D'Eaubonne em 1964 que denunciava a dominação masculina associada da destruição da natureza que retoma a discussão do livro "O segundo sexo" de Simone de Beauvoir que faz a distinção entre os atributos da natureza e cultura onde em todas as sociedades as mulheres estão subordinadas aos homens. Porém as ecofeministas foram para outra direção um dualismo entre natureza/cultura e homem/mulher deixando de reivindicar as relações culturais no processo histórico, essa atitude desta vertente feminista foi alvo de muitas críticas como androcêntrica pela afirmação apenas da superioridade da mulher e da natureza sem levar em consideração a cultura. Para as ecofeministas a mulher e a natureza eram indissociáveis o próprio corpo da mulher e sua biologia estava em sintonia com a natureza como os ciclos menstruais com as fases da lua, o privilégio de gerar filhos, o leite materno como a capacidade da mulher de produzir o próprio alimento de seus filhos nos primeiros meses de

vida, a natureza como um organismo vivo em sintonia com a mulher parte integrante deste organismo, que a dominação do homem fez romper essa sintonia e apenas o retorno a essa ligação com a natureza a mulher poderá liberta-se da opressão masculina.

Vandana Shiva defendia que era necessário recuperar o “Princípio Feminino” para libertar as mulheres, a natureza e o próprio homem em direção a uma energia criativa, não patriarcal e não violenta. Nesse processo as mulheres são o elemento principal para reconectar a sociedade a vida. As mulheres são as cuidadoras da família, as que plantam as sementes, que prepara os alimentos, que sabe fazer a partilha entre os filhos habilidades importantíssimas para reconectar as pessoas. Para Shiva a comida é o mais importante estamos vivenciando uma crise alimentar que vai ser agravada e as mulheres tem conhecimentos em sua própria essência para sair desta crise e salvar a sociedade reconectando os seres humanos com a natureza.

Associação de Mulheres indígenas de Pankararu início das lutas ecofeministas na aldeia

Os Pankararu possuem em comum um sentimento de pertencimento á uma população de ancestralidade pré-colombiana, étnica e culturalmente diferenciada dos demais brasileiros, e os traços mais fortes de sua afirmação identitária são as práticas de rituais como o Toré e a crença na força sobrenatural dos Encantados (MAURO, 2007, P-111)

O povo indígena de Pankararu há séculos, foi submetido ao contato intenso com os colonizadores, e, em decorrência disso, sofrido historicamente compulsões de toda ordem, como imposições culturais, discriminação e expropriação territorial. O povo Pankararu que vive nas proximidades da margem do rio São Francisco, em uma reserva indígena localizada entre os municípios de Tacaratu e Petrolândia, ambos no estado de Pernambuco. As terras do centro da reserva foram demarcadas em 1942, em Brejo dos Padres, apenas no começo da década de 90 os Pankararu tiveram sua identidade reconhecida pelo Estado, bem como a efetivação de suas terras. A trajetória da tribo foi pontuada por diversos conflitos com grileiros e agricultores, que ainda não foram resolvidos.

A sobrevivência deste povo indígena, de modo geral, está intimamente relacionada com a terra (pelo menos nas aldeias), uma vez que a principal atividade produtiva continua sendo a agricultura, seguida da criação de animais para consumo próprio, embora alternativas de geração de renda, principalmente no trabalho assalariado e

inclusive nas grandes cidades, venham sendo buscadas há décadas por membros do grupo (MOURA, 2007, P. 112).

Os Pankararu que vemos hoje em dia são bastante miscigenados; falam unicamente a língua portuguesa, pois, como no passado foram proibidos de falar a língua materna; há anos têm acesso a certos veículos modernos de comunicação e informação e são influenciados pelas informações e ideologias propagadas por meio deles; são praticantes da fé cristã em sua maioria, como reflexo de um período prolongado da presença de missionários católicos na área indígena, que se iniciou ainda no século XVII, existem muitos templos católicos e protestantes instalados nas aldeias. Mas preservam espiritualidade e à crença no poder de cura das entidades sobrenaturais as quais chamam de Encantados. “Na comunidade existem rezadeiras/benedeiras, praiás, pajés e pessoas que praticam a cura através de ervas e plantas medicinais”. MOURA, 2007, p, 123.

Por causa da exploração intensiva dos recursos naturais do território indígena e da caça predatória, feita principalmente pelos posseiros e invasores, muitos dos animais que eram base da alimentação dos Pankararu hoje não são mais encontrados no local ou estão em vias de se extinguir. A degradação dos recursos naturais prejudica também a obtenção de matérias-primas utilizadas no artesanato, como a palha de buriti, a madeira e o barro. (MOURA, 2007, P 114)

Uma das formas de resistência pelas quais os Pankararu em particular as mulheres têm procurado se organizar e lutar pelos seus direitos de possuir sua terra e a discriminação e opressão que as mulheres indígenas sofrem dentro e fora da aldeia é através da formação de associações comunitárias, cujo principal objetivo é o de angariar recursos governamentais e não-governamentais para fomentar projetos de desenvolvimento comunitário de empoderamento da mulher indígena contra violência doméstica, visando o protagonismo da mulher mas sem desligar de sua ancestralidade preservando a natureza e a crença nos encantados, nesses projetos uma preocupação direcionada à qualificação para o desempenho de atividades produtivas, para trabalhos em saúde preventiva e para a valorização dos conhecimentos em medicina tradicional para o Bem- viver da mulher indígena.

Foi assim que surgiu a AMIGP (Associação das Mulheres Guerreiras de Pankararu) da união de mulheres preocupadas com suas companheiras indígenas, que sofrem violência doméstica, que se sentem oprimidas por uma cultura machista, patriarcal que foi intensificada dentro das comunidades indígenas com altos índices de violação dos direitos da mulher

cometidos pelos parceiros indígenas e pelos não-indígenas que trata a mulher indígena com inferioridade, coisificando as mesmas como objetos sexuais, sem reconhecimento em suas lutas em manter viva sua ancestralidade, porém com consciência crítica da cultura do patriarcado que adentrou na aldeia e precisa ser enfrentando, desde modo puderam criar um diagnóstico das principais demandas das mulheres da comunidade e decidiram se apoiar mutuamente, a partir da realização de encontros, reuniões e oficinas. Até a concretização de projetos maiores, como o da Rádio das Mulheres Pankararu principal veículo de comunicação dentro da aldeia entre as mulheres para disseminar as pautas feministas e ecofeministas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência contra mulher no contexto brasileiro e pernambucano é um fenômeno que atravessa classe social, grupos étnicos e religiosos. É algo com forte carga “cultural”, infelizmente. Não está restrita a um local específico, região ou estado, ela está para além das fronteiras geográficas e temporais. Estatísticas da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, por exemplo, revelam que, em média, por dia, quase 90 mulheres são vítimas de violência doméstica e familiar em Pernambuco. Isso significa que a cada 17 minutos há um caso de agressão a mulheres. Em janeiro de 2017 foram notificados em Pernambuco (SDSPE) 2.743 casos de agressão. Sabe-se que esses dados são maiores pelo fato de algumas vítimas se omitirem por medo de mais agressões por consequência. Registros ainda mostram que há uma grande maioria de casos nas regiões interioranas do Estado.

Na região metropolitana, os municípios com maiores índices de ocorrências são Recife em primeiro lugar com 805 casos; Jaboatão com 205 casos e Olinda com 176 casos. Em 2016 foram mais de 31.081 ocorrências de violência doméstica, mais de 1000 ocorrências a mais de que o ano anterior. É a partir desse universo desafiador rico de tensionamentos que a sociedade civil organizada por meio do Projeto Elas Por Elas e sua idealizadora a Socióloga Regina Marçal em parceria, visa contribuir multidisciplinarmente juntamente com outras instituições, órgãos e administração pública, todos orquestrados no combate a violência doméstica e em favor de Dias Melhores para Todos.

O Projeto Elas por Elas é um instrumento de multiplicação de sonoridade que visa mediar em instituições públicas e comunitárias formações sobre violência de gênero no viés preventivo. Atuando no enfrentamento da violência, de forma lúdica, quebrando o silêncio das mulheres na tratativa da problemática presente em muitos lares, será mediada uma verdadeira

caixa de pandora desencadeando em mudança de comportamentos social. Objetivos específicos são: Desenvolver materiais conteúdos pedagógicos de referência para comunicar, refletir numa linguagem palatável a questão da vivência dos indivíduos e de suas familiares vítimas de abusos e por meio da violência contra a mulher. - Distribuir material informativo, educativo como panfletos, cartilhas empoderando de conhecimentos as mulheres e encorajando a atitudes contra a violência doméstica. - Sugerir encaminhamentos a rede SUAS / SUS, delegacias, conselho tutelar, ministério público, e outros órgãos competentes, as vítimas de violência doméstica. - Ministrando Workshop e Formação de Provocadoras por meio de palestras e oficinas nos equipamentos públicos tratando a temática detalhando os aspectos sobre a violência e o combate no bojo da Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio. - Realizar momento cultural em espaços públicos, como por exemplo, arte-grafitagem “Elas por Elas” empoderando mulheres por meio da expressão artística, visual e audiovisual pela não-violência em favor das mulheres nas comunidades.

O projeto no período de 12 meses impactou diretamente mais de 2000 mil mulheres com as ações Projeto Elas Por Elas, *na luta e* na resistência pelo fim do patriarcado, machismo, sexismo I, pela equidade entre homens e mulheres, vivendo, aprendendo e resistindo todos os dias como mulheres como disse Nazaré Flor “E quando a gente se descobre mesmo, como mulher, então a gente começa a se sentir responsável pela história. Não só a nossa história, mas história da sociedade, a história das outras mulheres, a história do mundo – da vida, né?” . Deste modo o Elas Por Elas participa da história de muitas mulheres para empoderar e livrar das algemas do patriarcado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pernambuco é uma das regiões mais antigas do contato com o colonizador, entretanto, registra a quarta maior população indígena do país! Existem atualmente 12 povos, localizados nas regiões do agreste e sertão, totalizando 53.284 indivíduos (IBGE, 2010). O contato com o colonizador trouxe muitos males que perduram até os dias atuais, com contornos diferenciados, atualizados, mas tendo o mesmo conteúdo: machista, racista e eurocêntrico. Entre eles a violência doméstica sofrida pelas mulheres indígenas muitas vezes silenciadas dentro das aldeias.

A partir do século XX, os povos indígenas em Pernambuco surgem no cenário nacional reivindicando seus direitos territoriais ao Estado brasileiro. As mulheres indígenas tiveram um papel fundamental como líderes religiosas e políticas nesse movimento de retomada de suas terras. Detentoras de saberes ancestrais, elas têm tido grande influência na condução tanto do movimento indígena, como das lutas específicas de seus povos. Participam ativamente nas duas principais organizações indígenas no estado. Também sustenta um interessante fluxo cultural e epistemológico baseado na ideia da construção do Bem Viver como projeto societário de descolonização, que se pauta por outra ética que valoriza os saberes dos anciãos e das anciãs, o cuidado com a natureza Sagrado, também nesta onda as mulheres indígenas começam a perceber as consequências maléficas da cultura do patriarcado dentro de suas aldeias e passam a resistir e empoderar-se das teorias feministas e ecofeministas para o Bem viver de seu povo combatendo o machismo e sexismo pelas vias da sororidade entre as mulheres indígenas e outras mulheres de movimentos feministas, ecofeministas e instituições da sociedade civil em defesa dos direitos das mulheres, como exemplo temos as Mulheres Indígenas Guerreiras de Pankararu que criaram esse elo entre as mulheres com a associação de mulheres para dialogar e buscar soluções, entretanto a violência de gênero dentro da aldeia, muitas indígenas sofrem todos os tipos de violência de gênero pelo fato de ser mulheres e a cultura vem perdendo sua força para dar espaço ao machismo culpabilizando as vítimas das violências sofridas.

Uma das ações para empoderamento das mulheres indígenas de Pankararu foi a Formação Vozes Dissonantes de Pankararu ministrada pela idealizadora e equipe do Projeto Elas Por Elas na ocasião as mulheres falaram de muitos temas como: feminismo, violência doméstica, cultura, sexualidade, machismo e patriarcado. Houve vários relatos emocionados da luta das mulheres indígenas pela sua valorização e resistência para aquisição de seus direitos como mulheres indígenas que buscam preservar sua cultura conscientizando umas as outras que o machismo não faz parte da cultura indígena, mas, foi inserido pelo colonizador trazendo muito sofrimento, estereótipos e preconceito para as mulheres indígenas que por muitos séculos foram todas como objeto sexual do colonizador.

Ademais, via união das mulheres indígenas de Pankararu e instituições e grupos feministas como o Projeto Elas Por Elas, os índices de violência doméstica dentro da aldeia Brejo dos Padres vem diminuindo devido ao empoderamento das mulheres via teorias feministas e sororidade entre as mulheres na mediação de saberes, pela ajuda mútua, em levar serviços de fortalecimento da mulher vítima de violência doméstica acionando a lei Maria da

Penha e os serviços de proteção a mulher, vem fazendo efeito para as mulheres indígenas assegurando seus direitos civis e mantendo o bem viver da cultura ancestral dos povos sobreviventes ao genocídio dos índios no Brasil.

Referências

ANGROSINO, Michel Angrosino. *Etnografia e Observação Participante*. Tradução José Fonseca. Artmet, 2009. Porto Alegre.

ALAMBERT, Zuleika. **Por uma nova imagem**. Educação & Cultura – Diário Comercial, Ano II, nº 48.

EHRENREICH, Barbara & ENGLISH, Deirdre. *Hexen, Hebammen und Krankenschwestern*. 11. Auflage. München: Frauenoffensive, 1984.

MAURO, Victor Ferri Mauro. **Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI**, Brasília, v.4, n.1, p.109-129, jul. 2007

FRANÇA, Fabiane Freire; RIBEIRO, Tamires Almeida. **Simone de Beauvoir e o movimento feminista: contribuições à Educação**. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Maio, 2014. Disponível em: < http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT6_Tamires%20Almeida%20Ribeiro.pdf >. Acesso em: 08 janeiro. 2019.

ROSENDO, D. **Ética sensível ao cuidado: Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. Florianópolis: Editora UFSC, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103388/314919.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. São Paulo: Editora USP, 1989. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf >. Acesso em: 17 dez. 2018.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação Dos Direitos da Mulher**. Ed. Boitempo, 2018.